



## 1     **ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA** 2     **DO ACARAÚ**

3     Aos dezanove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, ocorreu a trigésima  
4     oitava reunião extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Acaraú, estiveram  
5     reunidos no auditório da Zootecnia, na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, em  
6     Sobral, 26 instituições representadas pelos seguintes membros: Francisco Freire Caetano  
7     (SEMACE), Tatianna Karinne Angelo Ferreira (SEMA), Antônio Edilberto dos Santos  
8     (DNOCS), Francisco Herbert Seabra (BNB), Roberto Kelson Ferreira (Prefeitura  
9     Municipal de Cariré), Margareth Muniz Silva (Prefeitura Municipal de Sobral), Venceslau  
10    Torres Costa (Câmara Municipal de Tamboril), Rusemberg Gomes Guimarães (Câmara  
11    Municipal de Marco), José Camillo Freitas (STR de Marco), Joanderson de Mesquita  
12    Sousa (STR de Varjota), João Marcelo de Andrade Alves (C.A.S.A), Maria Ângela  
13    Cassimiro (FEMESCQ), Patrícia Vasconcelos Frota (UVA), Eliano Vieira Pessoa (IFCE –  
14    Sobral), José Almir Barros (FECOMUM), José Roberto Marques (Associação Comunitária  
15    de Baixa Nova dos Faustinos), Marco Rogério Coelho Pereira e Fábio Rodrigo de Jesus  
16    Mendes Costa Junqueira (DIBAU), José Odilon Brum Filho (DIPAN), Sany de Carvalho  
17    Almeida (VOTORANTIM), Adilson Barbosa Costa (Cooperativa Agroorgânica do Vale do  
18    Acaraú), Ronaldo Moraes do Nascimento (Associação Comunitária Nossa Senhora da  
19    Conceição), Luísa Nascimento de Melo (Associação Indígena Tabajara Serra das Matas),  
20    Roger Vagner Nascimento (Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Meia  
21    Mata e Gado Bravo), Adauto Eleotério Araújo (Associação dos Moradores do Distrito de  
22    Arariús), Ana Paula Lima do Vale (SISAR), João Batista F. Lima (CAGECE). Convidados:  
23    Lucas Cavalcante da SDA, Lucas Alberto e Helen Costa Galvani do Projeto Santa  
24    Quitéria, Iná Maria Macedo Osterio Presidente da Câmara Municipal de Marco, José  
25    Renato Ferreira dos Santos representante da Associação dos Remanescentes de  
26    Quilombola de Encantados de Bom Jardim. Representantes da COGERH de Fortaleza:  
27    Rejane Ferreira Viana da GEREU, Luciandre Melo da GEPLAN e pela COGERH de  
28    Sobral: Bartolomeu Almeida (Gerente da Regional de Sobral), Kamyille Prado, Adriana  
29    Gondim, Dayane Andrade (COGERH – Núcleo de Gestão de Sobral) e Hiago Gomes  
30    (Núcleo de Operação). A pauta da reunião foi: Abertura; Aprovação da ATA da 37ª  
31    Reunião Extraordinária e 65ª Reunião Ordinária; Informes; Apresentação do Projeto piloto  
32    de preservação e reflorestamento da principal nascente do Riacho Ipuçaba - SEMA;  
33    Formalização das vacâncias no plenário e definição de Comissão eleitoral para  
34    preenchimento das mesmas; Apresentação da situação da cobrança na bacia do Acaraú,  
35    com os principais usuários cobrados; O presidente do comitê, João Marcelo iniciou a  
36    reunião dando boas vindas a todos, em seguida iniciou a discussão acerca da ATA da 37ª  
37    Reunião Extraordinária e indagações, sugestões sobre alterações, ou possíveis  
38    contribuições a serem feitas, seja e postas em votação, como não houveram sugestões e  
39    nem alterações por parte dos membros, a decisão foi unânime de aprovação da ATA da  
40    37ª Reunião Extraordinária. Lembrou a todos que a reunião estava sendo gravada para  
41    posterior redação. Logo após, iniciou-se a preparação para apresentação dos informes,  
42    enquanto isso o presidente João Marcelo proferiu que o presidente José Maria e o vice-  
43    presidente Almir Barros participaram do XXIV Encontro Nacional dos Comitê de Bacias  
44    Hidrográficas – ENCOB, em Foz do Iguaçu. Em seguida, passou a palavra para Tatianna

45 Karinne Ângelo, representante da SEMA. Ela iniciou desejando a todos um bom dia,  
46 informou sobre sua breve apresentação para o CBH dos Sertões de Crateús, do qual faz  
47 parte da atual diretoria, sobre sua participação no (ENCOB) Encontro Nacional dos  
48 Comitês de Bacias Hidrográficas, e apresenta também para a plenária do Acaraú. Informa  
49 em que houveram mais de três mil participantes e a abertura foi juntamente com várias  
50 autoridades presentes a nível federal e estadual, entre eles a SRH, COGERH de  
51 Fortaleza-CE, IBAMA. Foram exibidas algumas imagens sobre o encontro, a mesma  
52 incentivava a divulgação e acompanhamento das redes sociais do Comitê, para que  
53 sejam difundidas as ações realizadas pelos membros. O vice-presidente Almir Barros, da  
54 FECOMUM, iniciou por conseguinte a sua fala, cumprimentando a todos e também  
55 comentando sobre a sua participação no ENCOB ressaltando a importância do evento.  
56 Ele citou a fala de um cientista que estava no ENCOB e dizia que “se não conseguirmos  
57 proteger e cuidar das nossas nascentes, todo o trabalho feito será inútil”, sendo assim as  
58 ações de proteção das nascentes precisam ser intensificadas. Continuou sua fala  
59 mencionando a Reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, do qual faz parte, em  
60 que sugeriu que fosse feito o mapeamento e identificação das nascentes que ainda  
61 existem, assim como as que não tem mais, para melhor planejamento de ações que  
62 visassem a preservação das mesmas. O presidente do Comitê, João Marcelo, da  
63 C.A.S.A., retomou a palavra e tratou do Ofício Nº 36/2022 que havia sido encaminhado ao  
64 programa Cientista Chefe e a COGERH e proferiu as definições, que mostram que já  
65 foram concluídos a construção dos planos de bacia de cinco regiões hidrográficas e foi  
66 iniciada também no Salgado, Banabuiú e no Jaguaribe com previsão de encerramento  
67 para abril de 2023. Depois serão continuados em outras localidades, concluindo os 11  
68 planos. Informa que o Plano de Bacia do Acaraú, conforme reunião com a Diretoria da  
69 COGERH e a UFC, só será retomado em novembro de 2023. João Marcelo transferiu a  
70 fala para, Marcos Rogério, representando o DIBAU, o mesmo informou que conseguiu  
71 gerar o documento em relação a mineração de fosfato e urânio da Mina de Itataia, notou  
72 que no documento, e que inclusive, ressaltou que não assinou o documento, explicando  
73 os motivos de não ter assinado. Quando teve acesso ao documento (plano), o mesmo  
74 notou que não corresponde com a verdade e não está descrito de acordo com a  
75 realidade, uma delas a grosso modo, simplesmente a gente ignorou por parte no plano  
76 duas coisas em relação a questão hídrica que é o que nós discutimos aqui,  
77 constitucionalmente constituídos para tratarmos, nós ignoramos. Primeiro, o parecer do  
78 Órgão Gerenciador do Estado em relação a água, que é a COGERH e a Secretaria de  
79 Recursos Hídricos, dizendo que tem água dentro do perímetro, isso não foi levado em  
80 consideração, pelo contrário, isso foi posto em cheque, quando se põe em cheque um  
81 órgão como a COGERH como a Secretaria de Recursos Hídricos, nós colocamos em  
82 cheque a nossa razão de existir, como Comitê. Ressaltou que é sua opinião. Segundo,  
83 não foi levado em consideração isso, irresponsavelmente, por parte de algumas pessoas  
84 que fizeram parte da comissão, a questão da construção do açude Pedregulho, foi  
85 simplesmente barrado, para poder dar munção e motivos para questão hídrica do  
86 empreendimento. E em segundo e terceiro lugar, é uma coisa que o mesmo fala, sobre o  
87 pouco conhecimento e entendimento sobre o assunto que é a questão da omissão  
88 radioativa na bacia pelo o empreendimento. Na primeira emissão de radiação, esse  
89 urânio, que é 0,01% da mineração, esse urânio tem que ser enviado pra Alemanha ou pra  
90 França, pois são os dois únicos países que recebem esse tipo de serviço no mundo hoje,  
91 para serem ativados e transformados em combustível radioativa para serem usados nas  
92 usinas nucleares do Rio de Janeiro. Então essas questões foram colocadas dentro do  
93 relatório, achando que quem as assinou embaixo, não tem competência sobre o assunto.  
94 Ressaltando que se a COGERH não sabe o que está falando sobre a disponibilidade da  
95 água e ignora a construção que já foi licitado, do açude pedregulho, que poderia ser um  
96 suporte a bacia. Achando realmente que o relatório deixa a desejar e aponta uma

97 tendência hidrológica que não contribui para o desenvolvimento do Estado, nesse quesito.  
98 Logo em seguida João Marcelo, Presidente do CBH, pergunta se tem alguém da Câmara  
99 Técnica presente na reunião, e informa que faz parte da Câmara e vai colocar no grupo  
100 de WhatsApp a nota técnica que foi enviada pelo programa Cientista Chefe e a diretoria  
101 da COGERH, ressalta que a nota passou por várias instituições, inclusive a que o mesmo  
102 representa, a C.A.S.A.; UVA; IFCE; UFC; Embrapa, entre outras instituições que fazem  
103 parte e foi fundamental em cima dos estudos e das competências que cada instituição  
104 traz consigo, não irá desmerecer nenhum trabalho que está postulado, porque a opinião é  
105 um entendimento de cada uma dessas instituições e foi assinado por base e foi  
106 encaminhado e ela a Câmara Técnica, segundo o próprio Elano, diretor da COGERH, ela  
107 tem um papel preponderante também dentro desse estudo, dessa construção do plano de  
108 bacia. Então, o trabalho da Câmara Técnica continua, juntamente com a participação de  
109 várias instituições, que contribuem e informou que não irá esgotar a discussão no  
110 momento, pois sabe das discordâncias de opiniões sobre as fundamentações científicas e  
111 técnicas e que cada um terá a oportunidade de expô-las. Ressalta sobre a importância do  
112 diálogo, dos diversos pontos de vista, informações, estudos, se contraponham e possam  
113 através do conhecimento, tomar uma posição quanto comitê. Visto que tenham várias  
114 instituições presentes, mas que gostaria que uma seja bem dialogada representando o  
115 comitê. Em seguida, Marco Rogério, salienta que 78% da mineração em Santa Quitéria e  
116 Itatira é de fosfato e urânio inativo. Informa que é produtor rural, certificado como orgânico  
117 há 11 anos, que a cooperativa em que trabalha possui selo orgânico americano, europeu,  
118 japonês, canadense, brasileiro e chinês. O fosfato que lhe é permitido usar, como insumo  
119 e adubo na nossa cultura, é o fosfato inativo, importado da Bahia, Rússia ou Canadá,  
120 possuindo em Santa Quitéria/CE ou no Canadá/EUA. E o outro 28% do outro insumo é de  
121 calcário, também certificado e orgânico pelo Canadá, repetindo que apenas 0,01% é  
122 urânio natural, não sendo urânio ativado, precisando ser levado em consideração essas  
123 informações. Logo após, Rusemberg Guimarães, Câmara Municipal de Marco, inicia  
124 parabenizando o trabalho em prol da preservação das nascentes, mas salienta que todos  
125 estão “engatinhando” no processo de preservação e proteção das nascentes, pede para  
126 que haja preocupação em relação a outros pontos, como as matas ciliares, calhas de rios  
127 e a liberação de licenças ambientais por parte dos municípios, sem que haja uma  
128 averiguação. Enfatiza que o município de Marco não é diferente dos demais, e que há  
129 uma pressão muito grande em relação a preservação dos recursos hídricos. Cita a Lei  
130 Complementar Nº 140/2011, que descentraliza e compete aos municípios a licenciar  
131 áreas que não correspondam a áreas de preservação constituídas. Onde o mesmo  
132 considera um crime, no que se refere a destruição das calhas dos rios e recursos hídricos.  
133 Uma vez que, as pessoas que trabalham nas prefeituras não possuem conhecimento  
134 técnico, para gerar uma licença ambiental desse nível. Solicita ao presidente do comitê  
135 que quando estiver em reunião ou apresentando sobre o projeto de recuperação da  
136 nascente, leve a proposta de rever essa lei complementar, pois quando era só a SEMACE  
137 ou IBAMA que licenciava, tinha mais confiança, mas hoje não confia no licenciamento do  
138 município. Em seguida, João Marcelo, reforçou que nas reuniões itinerantes, faça esse  
139 alerta, até porque a calha do rio faz parte da Área de Preservação Permanente – APP, há  
140 necessidade de ser protegida e garante que vai realizar esse reforço. Marcos Rogério  
141 evidencia que o Comitê, começou antecedendo a pandemia, em 2019/2020, a aprovação  
142 pelo comitê, no plano de trabalho, um conhecimento geral por parte do comitê, da bacia,  
143 onde ficaram visitando o Taquaras, Jaibaras, uma passada rápida no Araras, debaixo de  
144 chuva, considero uma vista ineficiente e foi esquecido o resto do plano todinho, que seria  
145 as visitas as comunidades do rio, as visitas aos outros usuários, além de uns seminários,  
146 estudos sobre a revitalização dos rios e suas matas ciliares, sendo todos esquecidos.  
147 Reforça sua opinião sobre se resumir a uma pirâmide, onde se tem a base que sustenta  
148 toda a estrutura dessa pirâmide. Ele cita ter visto o comitê se colocar no topo da pirâmide

149 e ter esquecido da base, o que é a base? - questiona. É a nascente, a calha do rio, a  
150 mata ciliar, a construção de novos reservatórios, a manutenção desses reservatórios, pra  
151 se chegar ao povo com mais segurança, mais conhecimento e sustentabilidade,  
152 acreditando-se no que está sendo feito, pensa realmente que estão esquecendo da base  
153 e buscando mesmo o topo da pirâmide, deixando a sustentabilidade pelo meio do  
154 caminho. João Marcelo (C.A.S.A.), agradece as contribuições de Marcos Rogério e  
155 enfatiza que na proposição, reportando-se diretamente ao Bartolomeu, gerente da  
156 COGERH de Sobral, onde acredita-se que deveriam retomar as visitas técnicas, podendo-  
157 se encaixar nas visitas itinerantes, a visitação aos reservatórios, a alguma região do rio.  
158 Aproveitando que já está no município e conhecer um pouco mais da nossa bacia,  
159 estando na região. Reforçou que sempre está tratando das questões ambientais, mas  
160 com foco na questões hídricas e junto com a COGERH, tem tido uma gestão eficaz. Irá  
161 ver como conseguir recursos para tentar alugar um micro ônibus para realizar as visitas  
162 técnicas e o que poderá ser feito sobre fiscalizações. Informou que na próxima reunião do  
163 comitê irá ver a questão do cadastro dos usuários. Questionou a penária se todos haviam  
164 recebido o convite para a próxima reunião ordinária no dia 09 de novembro de 2022,  
165 juntamente com a pauta a ser tratada. Em seguida, repassa a fala para Tatianna Angelo  
166 representante da SEMA que inicia falando sobre a Unidade de Conservação – Área de  
167 Proteção Ambiental da Bica do Ipu, onde possui poligonal de proteção de 3.484,66  
168 hectares, é uma unidade de conservação de uso sustentável, foi criada por meio do  
169 DECRETO Nº 25.354, de 26 de janeiro de 1999, localizada no Noroeste do Estado,  
170 pertencente a Bacia Hidrográfica do Rio Acaraú, e em suas principais nascentes formam  
171 os riachos Ipuçaba e Ipuzinho, formando uma queda d'água de aproximadamente 130  
172 metros de altura. É composta por uma vegetação de Caatinga e resquício de Mata  
173 Atlântica. Evidencia que o objetivo de toda Unidade de Conservação é proteger e  
174 conservar as comunidades bióticas e abióticas nativas, os recursos hídricos, o solo e  
175 ordenar o turismo ecológico, científico, cultural e as demais atividades econômicas. No  
176 âmbito de APA, algumas comunidades sobrevivem diretamente dos recursos naturais  
177 dessa Unidade de Conservação, são elas: São Paulo, São João, Mato Grosso, Várzea do  
178 Giló e Gameleira, e as principais atividades desenvolvidas são a pecuária e agricultura de  
179 subsistência. As principais atividades desenvolvidas na Unidade de Conservação são:  
180 rondas de monitoramento através do programa de Prevenção, Monitoramento, Controle  
181 de Queimadas e Combate aos Incêndios Florestais – PREVINA. Além de ser realizado o  
182 fortalecimento da brigada voluntária da APA, com uma capacitação dos bombeiros civis  
183 pela SEMA, manutenção de trilhas, construção de aceiros para impedir a propagação de  
184 incêndios; Ecoturismo; Incentivo à pesquisa científica; Promover ações de educação  
185 ambiental; Reflorestamento das nascentes; Apoio ao programa Agente Jovem Ambiental  
186 entre outras atividades. Informou que todos os meses são enviados relatórios de  
187 monitoramento da nascente à Coordenadoria de Biodiversidade – COBIO/SEMA e a  
188 Célula de Fauna e Flora – CEFLO/SEMA, sobre as principais ações de reflorestamento  
189 na APA e exibidos registros de eventos e ações que a APA da Bica do Ipu está envolvida,  
190 dando ênfase ao projeto de proteção e preservação das nascentes. João Marcelo  
191 agradeceu e parabenizou Tatianna Angelo, pelo zelo com o projeto, sendo nítido o amor  
192 com que a mesma cuidou da referida nascente. Citou ainda que o projeto deveria ser  
193 divulgado e expandido para que outras nascentes sejam também protegidas, através dos  
194 recursos do pró-comitê. Logo após, Luísa Canuto, da Associação Indígena Tabajara Serra  
195 das Matas, começou sua fala parabenizando o projeto realizado na nascente na APA da  
196 Bica do Ipu, que era um projeto para ser celebrado lá na principal nascente do Rio  
197 Acaraú, mas fica muito feliz em ver essa lindeza que está se desenvolvendo lá no Ipu, e  
198 com certeza, depois vamos estar marcando para ir lá visitar. Mas nosso forte é a proteção  
199 do meio ambiente, protegendo a nossa mãe terra, que é a garantia de vida.  
200 Principalmente vidas futuras, pensando não só apenas no ser humano, mas em todas as

201 formas de vidas que dependem dessa terra protegida e que inclusive, estão com um  
202 projeto de capacitação, e um dos temas abordados é a preservação das nascentes, já  
203 que se encontram em discussão e que tem certeza que a partir do próximo ano (2023),  
204 iremos desenvolver esse projeto em Monsenhor Tabosa. João Marcelo, C.A.S.A., deu  
205 continuidade, introduzindo a próxima pauta, sobre cobranças e gestão dos recursos  
206 hídricos e transferiu a palavra para Maria Luciandre Melo da GEPLAN da COGERH, que  
207 trouxe os dados financeiros apurados de 2021, onde o faturamento da COGERH foi cerca  
208 de 209 milhões de reais, referente a um consumo de cerca de 768 milhões de metros  
209 cúbicos de água, com despesas de pouco mais de R\$ 129 milhões de reais das bacias  
210 Estado, apresentando um saldo positivo de aproximadamente R\$ 80 milhões de reais. Foi  
211 explicado o funcionamento das contabilizações dos dados e faturamentos das bacias,  
212 tanto a do Acaraú, como a de Coreaú. No ano de 2022 até o mês de setembro, foram  
213 faturados na bacia do Acaraú, 3.222,000 milhões de vol. e a despesa só é realizada em  
214 março do ano seguinte. Houve um questionamento por parte de Patrícia Vasconcelos,  
215 Universidade Estadual Vale do Acaraú, em relação às cobranças de irrigações, que foi  
216 respondida por Rejane Viana representante da COGERH- GEREU, em que ela diz que  
217 são feitas reuniões constantes e visitas aos distritos irrigados, e a cobrança é feita  
218 com planejamento antecedente. E que já há uma negociação para iniciar a primeira  
219 cobrança dos perímetros de irrigação da Bacia do Acaraú a partir de janeiro de 2023. E  
220 que iniciará a cobrança da irrigação pelos maiores usuários, mas questiona sobre qual é o  
221 valor cobrado para os irrigantes da bacia? O valor cobrado e apresentado é divergente a  
222 demanda solicitada à bacia. Luciandre Melo explica como são realizados os  
223 planejamentos de volume e cobranças a esses irrigantes, em seguida apresenta  
224 informações da Gestão Participativa da COGERH, que dá apoio aos Comitês do Estado  
225 do Ceará, e que soma um custo em 2021 de R\$ 5.427.724,31 reais, abrangendo despesa  
226 de passagens, alimentação, pessoal próprio e terceirizados, dentre outros. E que na  
227 Gerência de Sobral, somando os custos das Bacias do Acaraú e Coreaú da gestão  
228 participativa somaria cerca de R\$ 563.000 reais. Sobre a arrecadação da Gerência de  
229 Sobral, apresenta uma soma de R\$ 4.028.022,17, e de despesas de R\$ 4.967.651,55  
230 reais, tendo um resultado negativo de R\$ 939.629,38. Luciandre Melo ainda demonstra a  
231 relação entre o valor faturado, em relação ao volume de água e o tipo de uso. Mostra que  
232 a maior arrecadação na Bacia é de abastecimento humano, seguida por indústria. E que,  
233 o maior consumo é irrigação, que tem a menor arrecadação da bacia. Apresenta a  
234 situação da receita e despesa da COGERH, de janeiro a setembro na Bacia do Acaraú. A  
235 Receita é de R\$ 3.222.547,55 reais, enquanto a despesa é de R\$ 3.424.186,01. Em  
236 seguida, Rejane Viana que se apresenta como Gerente de Relacionamento com Usuário,  
237 da COGERH, responsável pela cobrança e faturamento dos recursos hídricos,  
238 acompanhamento das pensões, junto com as regionais, ressalta a projeção do volume do  
239 perímetro irrigado do baixo Acaraú para 2023, que é de 62.115,000 m<sup>3</sup>, devendo ser  
240 cobrado o valor de R\$ 171.328,61 reais. Explica que a tarifa da irrigação. E explica que,  
241 em percentuais, o volume para a irrigação do DIBAU representa 129% a mais de volume  
242 cobrado. Destaca-se que a tarifa do consumo até 18.999 m<sup>3</sup> é de R\$ 0,00214 reais. Essa  
243 cobrança é feita com alguns objetivos que não é somente a sustentabilidade financeira da  
244 companhia, porém tem o intuito de racionalização da água, pois a partir do momento em  
245 que é implementada essa gestão de cobrança ela passa a ser mais valorizada, e a  
246 sociedade visa um consumo mais consciente, sendo esse o principal motivo da cobrança.  
247 Diferenciando assim o valor cobrado aos irrigantes. João Marcelo – C.A.S.A., direciona  
248 sua primeira pergunta à Rejane Viana. Pergunta se a tarifa é padrão do Estado inteiro.  
249 Rejane responde que sim, é do Estado inteiro e complementa que é um decreto Estadual,  
250 ela explica em seguida sobre o modelo tarifário. A reunião se encerra com  
251 questionamentos e discussões sobre os rios e irrigação. Seguindo com a fala da Patrícia  
252 – UVA, sobre o decreto que regulariza a cobrança, e Rejane em seguida responde,

253 Decreto Nº 14.875/2022. Marco Rogério, DIBAU, questiona, que é necessário realizar e  
254 atualizar os cadastros de todos os usuários, pois para que a água chegue ate o baixo  
255 Acaraú, é necessário acionar seis bombas, jogar nos canais e distribuir em 42 km de  
256 canais, mais 190 km de adutora, fora esses gastos, ainda tem os custos que a COGERH  
257 cobra, que essa cobrança é realizada através dos cadastros realizados somente do  
258 perímetro irrigado e o resto das pessoas que se beneficiam ficam isentas por falta de  
259 regularização e cadastros atualizados. Logo em seguida, Rejane Viana responde que a  
260 taxa cobrada é menor, devido a COGERH não realizar a manutenção da adutora e que  
261 por esse motivo a um diferencial em cima da taxa. Rusemberg – CM de Marco, fala sobre  
262 que o Comitê precisa garantir que a água chegue até quem realmente precise,  
263 independentemente do valor que é cobrado, pois a falta de água causam danos  
264 financeiros muito grandes, além da produção de alimentos que se perde no processo.  
265 João Marcelo,C.A.S.A., solicita sugestões para solucionar os problemas em relação a  
266 falta de água, enquanto comitê de bacia. Rejane Viana, COGERH, ressalta que a  
267 cobrança não garante a disponibilização da água, mas que a COGERH sempre busca a  
268 melhoria da gestão das águas. Bartolomeu Almeida,da Gerência da COGERH Sobral,  
269 explica sobre a dificuldade da atualização dos usuários da bacia do Acaraú, pois são mais  
270 de 312 km de trecho irrigado no vale do Acaraú, além dos outros consumos. Fala ainda  
271 sobre o trabalho realizado pelos técnicos no fluxo do rio, na fiscalização dos impactos no  
272 leito do Rio Acaraú. Procurando as autoridades responsáveis pelas intervenções  
273 causadas no rio, na tentativa de minimizar os impactos causados pela obra da ponte.  
274 Ressalta que muitas vezes, está operando com muito esforço, para cumprir as vazões  
275 estabelecidas pelo comitê e manter o curso do rio, para que a água chegue à todos.  
276 Hiago Gomes, técnico da COGERH Sobral, enfatiza a fala de Bartolomeu Almeida sobre  
277 os esforços dos técnicos para acompanhar as intervenções causadas no leito do rio e que  
278 nenhuma vazão estabelecida pelo comitê está sendo descumprida. Em seguida Rejane,  
279 informa que a apresentação realizada foi apenas do baixo Acaraú, seguindo o ofício  
280 recebido, solicitando os impactos do perímetro do baixo Acaraú, mas que em janeiro/2023  
281 seria realizada a cobrança do Araras norte. Francisco Freire, SEMACE, parabenizou a  
282 COGERH pelo trabalho realizado, sugere ao comitê, como há uma demanda muito  
283 grande pelo uso da água, pelos diversos setores, que o comitê deveria exemplificar a  
284 plenária, seja através de apresentações ou visitas em campo, como cada setor trabalha,  
285 qual a demanda necessária, com o intuito de conhecer mais a realidade dos usuários.  
286 Marco Rogério, DIBAU, faz referências sobre os problemas e crimes ambientais  
287 encontrados no leito do rio, e que os órgãos responsáveis deveriam se impor mais sobre  
288 o que ocorre, principal o comitê em relação a questão hídrica. Que o comitê deveria fazer  
289 uma moção de repúdio a prefeitura de Sobral, sobre os impactos causados ao rio e os  
290 irrigantes, além de exigir a obrigação de fazer, cumprir a lei, afim de se evitar que se  
291 repita mais uma vez, essas intervenções no rio, desobstruindo as passagens de água.  
292 Patrícia Vasconcelos, UVA, informa que não só a prefeitura de Sobral, mas outras  
293 prefeituras também interverem diretamente no curso e leito do rio, obstruindo passagens.  
294 Sugere como encaminhamento para o comitê é que a SRH e a COGERH apresentem um  
295 calendário de fiscalização para o ano de 2023, para que a plenária consiga acompanhar  
296 as ações. Kamyille Prado, COGERH, informa que será apresentado na próxima reunião  
297 ordinária do dia (09), o cadastramento dos usuários. João Marcelo, presidente do CBH,  
298 propõe que na próxima reunião encaminha a moção de repúdio a Prefeitura Municipal de  
299 Sobral, desde que o Marco Rogério apresente com antecedência a minuta ou redação,  
300 para análise e após envio; João Marcelo, informou que a diretoria do comitê ficaria  
301 responsável por fazê-la para apresentação a plenária; Já Rusemberg sugere oficializar e  
302 encaminhar não só apenas ao Ministério Público, mas a todas as prefeituras da bacia e  
303 João Marcelo concorda. Eu, Tatianna Karinne Angelo Ferreira, redigi a presente ATA.  
304 **Encaminhamentos e deliberações:** 1 – Aprovada a ATA da 37ª Reunião Extraordinária

305 do CBH Acaraú. 2 – Oficializar a solicitação de desobstrução do rio, pela empresa  
306 responsável da obra da ponte na margem esquerda de Sobral; 3 – Revisão de pauta pela  
307 diretoria, e se tiver alguma sugestão encaminhar com antecedência; como ponto de  
308 pauta: Obra de intervenção hídrica; 4 – Oficializar a solicitação a Secretaria de  
309 Recursos Hídricos – SRH o calendário de fiscalização para o ano de 2023 na bacia; 5 –  
310 Articulação com os municípios para conhecimento do comitê de bacia, através das  
311 reuniões itinerantes, interinstitucionais, e as sugestões de datas ficaram para próxima  
312 reunião ordinária; 6 – Quanto as vacâncias na plenária do CBH-Acaraú, João Marcelo de  
313 Andrade declarou abertas as vacâncias das seguintes entidades, nos referidos  
314 segmentos: Câmara Municipal de Pacujá – Poder Público Municipal; Associação Macaraú  
315 (Cariré)- Sociedade Civil; Assoc. Bairro da Ponte e Adjacências (Pires Ferreira) –  
316 Sociedade Civil; e Associação Comunitária do Córrego dos Lús – Usuários de Água. Foi  
317 informado que a Câmara Municipal de Pacujá e Associação Bairro da Ponte e  
318 Adjacências encaminharam ofício solicitando o desligamento. E que a Associação  
319 Macaraú pediu desligamento mediante e-mail. Associação Córrego dos Lús possui 5  
320 ausências, foi visitada pelas técnicas da COGERH e informou não ter condições de  
321 participar. Foi deliberada a vacância das 04 entidades, sendo aberta vagas para os  
322 referidos segmentos: 01 poder público municipal, 02 vagas sociedade civil, 01 vaga de  
323 usuário de água. Em seguida, Kamyille Prado, da COGERH, explicou que a Associação  
324 Córrego dos Lús preenchia a vaga de quilombola no segmento usuário de água, que é  
325 resguardada pelo Decreto Nº 32.470/2017, que regulamente o funcionamento dos  
326 Comitês de Bacia. E que, sabendo da desistência da Associação e do resguardo legal da  
327 vaga para quilombola, foi questionado a Articulação de Quilombolas do Estado do Ceará  
328 se haveria alguma instituição quilombola da bacia interessada em assumir essa vaga. E  
329 que houve um retorno positivo pelo Sr. José Renato Ferreira dos Santos, articulador  
330 estadual e representante da Associação dos Remanescentes de Quilombola de  
331 Encantados de Bom Jardim, em participar do Comitê de Bacia do Acaraú. O Sr. Renato  
332 Ferreira foi chamado para apresentar-se. O Sr. Marcos Rogério, DIBAU, questionou se  
333 ele não participaria do processo eleitoral como as demais instituições, pois a vaga é de  
334 usuários e outros usuários deveriam ser convidados. Kamyille Prado explicou que como o  
335 Decreto resguarda uma vaga para quilombola, e já que não há membros quilombolas na  
336 plenária, havendo a manifestação de interesse de uma instituição destas, ela já  
337 desclassificaria os demais, pois é preciso se cumprir o decreto estadual. E que seria um  
338 esforço mobilizar diversos usuários, havendo essa prerrogativa legal. Foram  
339 apresentados os documentos da Associação Quilombola e portanto empossada a  
340 Associação dos Remanescentes de Quilombola de Encantados de Bom Jardim, para  
341 assumir a vaga de usuário. Dando sequência foi formada a Comissão eleitoral para  
342 proceder a eleição das vacâncias. São os membros: Câmara Municipal de Marco –  
343 Rusemberg Guimarães; DIBAU – Fábio Junqueira; Sociedade Civil – FECOMUM/ Almir  
344 Barros; DNOCS – Edilberto dos Santos.